

29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 11 DE DEZEMBRO DE 2014.

Aos onze dias do mês de dezembro de 2014 às oito horas, na Secretaria de Ação Social teve início a vigésima nona Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social sob a presidência do presidente e representante titular do Poder Público representando o Fundo Social de Solidariedade do município, Senhor Marcio Henrique Silva Nalini. Estiveram presentes na reunião doze (12) conselheiros sendo cinco (5) do poder público e sete (7) da sociedade civil, com os seguintes Conselheiros titulares: Dalva Deodato Taveira, Sônia Cristina Barbosa Quirino, Márcia Helena Vieira Pimenta, Cristiane Barcaroli, José Fernando Siqueira da Silva, Leonel Aylon Cantano, Clóves Plácido Barbosa, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Denizar Hermógenes da Paixão. Conselheiros suplentes: Rosângela Aparecida de Paula, José Carlos Gomes. Conselheiros na titularidade: Juliana Bertazzi Passone. **Com a seguinte pauta:** Assuntos: PMAS WEB – Estadual – exercício 2015 – Apresentação e Deliberação do CMAS; Empreendimento Engenho Queimado - Apresentação do Órgão Gestor sobre os procedimentos realizados; Proposta de Calendário de reuniões 2015; Ofício da Fundação Educandário Pestalozzi; Comissão de Inscrição – Proposta para discussão sobre a Resolução de Inscrição de Entidades do CMAS; Comissão de Acompanhamento, Fiscalização e Controle Social das entidades – Definição de data de devolutiva sobre o acompanhamento às entidades. Informes: Encontro MacroRegional CONSEAS – Devolutiva dos Participantes; Reunião Descentralizada CNAS (Salvador/Bahia) – Encaminhamento das apresentações; Orçamento Municipal 2015– votação dia 09 de Dezembro na Câmara Municipal; Convite 2º Encontro Viva a Vida – dia 13 de Dezembro (9h às 14h) – Pq. Fernando Costa; Cartões de Natal recebidos; Reunião Fórum Erradicação Trabalho Infantil de Franca - 12 de dezembro de 2014, às 09h00, na sede do CIEE. O Presidente Márcio iniciou a reunião apresentando as justificativas de ausência dos conselheiros Pe.Célio, Cida, Águeda e Elisa. Após, o mesmo expôs a pauta do dia, aprovada com a inserção de um informe solicitado pelo conselheiro José Fernando. Diante da pauta extensa, Marcio sugeriu que a leitura, correções e aprovação das atas sejam realizadas posteriormente e encaminhadas para o email do Conselho, sendo aprovada essa proposta. Na sequência, o Presidente passou a palavra à servidora Sandra que iniciou a apresentação do Plano Municipal de Assistência Social- PMAS WEB – Estadual - Exercício 2015. Sandra explicou que o preenchimento do formulário do PMAS Estadual é anual, sendo uma responsabilidade do Órgão Gestor e uma condição para repasse dos recursos Estaduais. Destacou que foi realizado um treinamento pela DRADS/Franca, na qual participou um representante do Órgão Gestor e o Presidente do CMAS. A mesma utilizou o próprio formulário disponibilizado pelo Sistema WEB para que os presentes pudessem visualizar o instrumental e os dados informados. Apresentou a análise diagnóstica; a rede socioassistencial pública e privada de Proteção Social Básica e Especial; as ações de responsabilidade do Órgão Gestor como os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais; a vigilância socioassistencial, monitoramento e avaliação e as principais ações planejadas pelo Órgão Gestor Municipal, a serem realizadas no próximo ano. Destacou que o bloco V, referente ao cronograma de desembolso, detalha a previsão da utilização dos recursos cofinanciados pelo Estado. Com relação à rede conveniada pelo

Estado esclareceu que não houve ampliação de recursos, porém foram realizadas algumas alterações na rede, assunto que foi discutido e deliberado pelo colegiado na reunião ordinária do último dia 27 de novembro. Apresentou em seguida, a rede socioassistencial cofinanciada com recursos estaduais. Demonstrou que o valor total referente ao cofinanciamento Estadual é de R\$ 520.249,10 (Quinhentos e vinte mil, duzentos e quarenta e nove reais e dez centavos), sendo R\$ 52.327,20 (Cinquenta e dois mil, trezentos e vinte e sete reais e vinte centavos) para as Ações Assistenciais de Proteção Social Básica e R\$ 269.321,90 (Duzentos e sessenta e nove mil, trezentos e vinte e um reais e noventa centavos) para as Ações Assistenciais de Proteção Especial de Média Complexidade e R\$ 198.600,00 (Cento e noventa e oito mil e seiscentos reais) para ações Assistenciais da Proteção Social Especial de Alta Complexidade. Finalizando disse que o bloco - VI refere-se às informações e parecer do CMAS, informando que o preenchimento desse bloco é de responsabilidade do Conselho. Márcio lembrou ainda que o CMAS também deve informar o número de inscrição e data de deferimento desta, da rede socioassistencial privada. Tina apontou que em sua opinião a informação sobre o número de pessoas com deficiência apresentado na análise diagnóstica pode estar equivocado e sugere que seja feita uma consulta e verificação dessa informação. A conselheira Dalva, durante a reunião foi em busca de informações sobre o dado apresentado e esclareceu que o município de Franca possui 1,9% da população com deficiência “Grave” e afirmou que faltou a palavra “grave”, e deverá ser feita a correção no PMAS. Em seguida o PMAS WEB – Estadual para o exercício 2015 foi aprovado. Na sequência a secretária executiva Maria Amélia apresentou o bloco VII, a ser preenchido pelo Conselho. Márcio convidou os conselheiros que tiverem disponibilidade para integrar a equipe, composta por ele e Maria Amélia, no preenchimento deste bloco. Dando seguimento Dalva passou ao segundo assunto da pauta referente ao Empreendimento – Revitalização do Córrego e Área Degradada Engenho Queimado. Destacou que esse Empreendimento é realizado de forma intersetorial e a Secretaria de Ação Social está executando uma ação permanente e continuada, especialmente na Identificação da Situação Social e Habitacional das Famílias Residentes na Área da Poligonal Engenho Queimado. Disse que esse empreendimento é uma parceria do Ministério das Cidades com a Prefeitura de Franca e salientou que o mesmo está sendo concretizado nesta gestão, porém é uma reivindicação antiga que nas administrações anteriores foi sendo adiado em razão de problemas nas negociações e dificuldades na aprovação do projeto. Ressaltou que o empreendimento é realizado na região oeste e a obra principal é a canalização do córrego. O valor da obra é de R\$ 20.102.794,07 (Vinte milhões, cento e dois mil, setecentos e noventa e quatro reais e sete centavos). Destacou os benefícios com a realização desse empreendimento, como a proteção da biodiversidade, plantio de árvores, iluminação, área de lazer, construção de unidades habitacionais e outros. Com relação ao item da construção das unidades habitacionais, a Secretaria de Ação Social está diretamente envolvida na seleção das famílias, considerando que serão doadas à comunidade 88 residências que estão sendo construídas no Copacabana I. Dalva apresentou em seguida como foi o processo de identificação das famílias, apresentou a área delimitada, bem como, a renda mensal que é de até R\$ 1.600,00 (Um mil e seiscentos reais). Em seguida apresentou dados gerais dos imóveis visitados, a composição familiar e situação de imóveis no que se refere a situação de risco e insalubridade.

Observou-se que inicialmente que o cadastro físico da prefeitura apontou o número de 793 famílias, porém as visitas indicaram 983 imóveis considerando as situações de várias unidades habitacionais numa mesma área física. Dalva apresentou os critérios de priorização para indicação das famílias que serão beneficiadas com as unidades habitacionais e os procedimentos a serem adotados para indicação das famílias à Caixa Econômica Federal. Disse que as informações colhidas apontam necessidades e trazem subsídios para a implementação de serviços e programas naquela região objetivando a redução ou superação de situações insatisfatórias. Márcio destacou a concretização do trabalho intersetorial que vem sendo realizado neste empreendimento, especialmente com a Secretaria de Planejamento e enfatizou a relevância deste projeto. José Fernando ressaltou a importância do enfoque ambiental, salientando que a proposta de trabalhar a região por inteiro, na sua totalidade é de extrema relevância. Tina destacou as inúmeras melhorias já observadas naquela região. Finalizada a apresentação passou-se ao assunto seguinte que se referiu a Proposta de Calendário de reuniões para 2015. O calendário foi aprovado pelo colegiado, com uma correção no mês de Setembro, apontada pelo conselheiro Leonel e após a correção será encaminhado aos conselheiros e amplamente divulgado. O assunto seguinte tratou-se do Ofício da Fundação Educandário Pestalozzi que informa que a Entidade não renovará o convênio com a Secretaria de Ação Social para o ano de 2015. Márcio esclareceu que a decisão da entidade é de não executar o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, porém irão realizar o contraturno escolar junto ao público que já é atendido, que são as crianças oriundas da creche do Pestalozzi. Tina pontuou que a resolução nº 14/2014 do Conselho Nacional, traz que é papel do conselho acompanhar as entidades e reunir esforços na perspectiva de não interrupção dos serviços. Juliana questionou sobre as crianças que frequentavam o serviço, mas não frequentam a creche do Pestalozzi e Márcio informou que o CRAS irá realizar o encaminhamento destes usuários aos serviços da região que pertencem e indicarão se há necessidade de implantação de novos núcleos. Maria Amélia lembrou que a comissão de inscrição do CMAS deverá discutir a questão da inscrição desse serviço e Márcio sugeriu que essa discussão seja feita no início do próximo ano, apontando que a inscrição desse serviço deverá ser cancelada. Dando seguimento ao próximo assunto Maria Amélia disse que a comissão de inscrição vem se reunindo para discussão e estudos da Resolução CNAS 14/2014, que traz parâmetros para inscrição de entidades ou organizações de assistência social. Disse que a partir desse estudo a comissão já elaborou a proposta de alteração da resolução do CMAS nº 183/2011 que apresenta os parâmetros municipais de inscrição, apontando que esta deve ser aprovada pelo colegiado. Disse que a sugestão da comissão é de que a discussão e deliberação sejam realizadas na primeira reunião do ano de 2015. Tina ressaltou que a proposta de resolução será encaminhada com antecedência e sugere que o colegiado faça uma leitura minuciosa e comparativa com a resolução do conselho nacional para que a aprovação seja realizada de maneira mais efetiva e criteriosa. Após as discussões ficou definido que a resolução seja encaminhada esse ano aos conselheiros e deliberada na primeira reunião de Janeiro. Após, passou-se ao assunto da Comissão de Acompanhamento, Fiscalização e Controle Social das entidades. Marcio informou que a comissão não conseguiu concluir os trabalhos de visitas às entidades e trouxe o assunto para ser definida uma data para conclusão dos trabalhos. José Fernando, membro da

comissão, disse que conseguiu realizar as visitas, porém ainda não conseguiu concluir os relatórios. Destacou que as visitas são importantes e essenciais. Marcio apontou que são imprescindíveis para o colegiado, considerando que aproxima o conselheiro da realidade da entidade e o prepara para as deliberações que são trazidas para o colegiado. Após considerações dos participantes, sugeriu-se que estas visitas sejam realizadas e apresentadas na 2ª reunião março de 2015, porém na reunião de Janeiro esse assunto deve ser retomado. Cloves apontou a importância da devolutiva dessas visitas às entidades uma vez que estas necessitam dessa análise dos conselheiros. Tina e Juliana apontaram que essa questão já foi discutida pela comissão ficando definido que será realizada a devolutiva após discussão no CMAS. Passando então aos informes, Maria Amélia informou que participou do Encontro Macro Regional do CONSEAS realizado no dia 26 de Novembro de 2014, em Ribeirão Preto. Destacou que foi eleita nova Mesa Diretora do Conselho Estadual, e que a atual presidente Nicole Marianne de Paula F. Hoedemake é representante da sociedade civil. Ressaltou que o CONSEAS manifestou que fará uma Gestão mais articulada e junto aos municípios, convidando dois representantes de cada DRADS para atuar como colaboradores na organização da Conferência Estadual. O primeiro assunto apresentado na reunião regional foi referente a Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família – ICS/PBF e destacou que o CMAS deverá assumir essa atribuição até 2017, de acordo com as Prioridades e Metas de Aprimoramento da Gestão do SUAS. Foram apresentados os pontos principais da Resolução CNAS 15/2014 que traz orientações sobre o funcionamento dos conselhos enquanto Instância de Controle Social. Maria Amélia relatou que o CONSEAS traz a orientação que os municípios já devem iniciar essa transição e preparação do colegiado para assumir mais essa atribuição. Ressaltou que deverá ser constituída uma comissão de conselheiros, que deve ser paritária e composta por membros do poder público e sociedade civil, com representantes da saúde, educação e de usuários beneficiários do PBF. Destacou que os conselheiros deverão ser capacitados para compreensão das atribuições da ICS/ PBF. Maria Amélia lembrou que na alteração da lei de criação do CMAS já está prevista a representação de usuários na sua composição. Informou que 3% do IGD PBF deverão ser utilizados para execução das ações da ICS do CMAS e que o Conselho deverá elaborar um plano de aplicação desse recurso, aprovado no CMAS e validado pelo Órgão Gestor. Dalva disse que atualmente a Instância de Controle Social indica e aprova em quais ações o recurso deverá ser aplicado, mas ainda não elabora esse plano e salientou que será necessário buscar informações de como deverá ser o modelo deste plano. Tina sugeriu que esse Plano já seja apresentado no CMAS, considerando que este Conselho é responsável pela aprovação das prestações de contas. Outro assunto apresentado na reunião regional referiu-se a Resolução 14/2014. Maria Amélia disse que essa Resolução já foi apresentada ao CMAS e a Comissão de Inscrição deve trazer essa discussão na aprovação da Resolução do CMAS, em Janeiro. Finalizando relatou que a Lei 13.019/2014 também foi apresentada e destacou que não foram trazidas grandes novidades sobre a mesma. Indicou que o assunto vem sendo bastante debatido e informou que a internet traz bastante informação por meio de cartilhas, slides e páginas específicas e sugeriu que os conselheiros a pesquisem pela sigla “MROSC – Marco Regulatório de Organizações da Sociedade Civil” para acessarem essas orientações. Disse que o município de Curitiba já regulamentou a Lei por meio do

Decreto Municipal nº 1100/2014, porém o CONSEAS pontuou que o Estado de São Paulo não deverá fazer essa regulamentação antes da regulamentação nacional. Com relação ao próximo informe sobre as apresentações da Reunião Descentralizada do CNAS em Salvador/BA, Maria Amélia disse que o CNAS disponibilizou por meio do blogcnas.org todas as apresentações da reunião descentralizada. Os conselheiros solicitaram que as apresentações sejam encaminhadas por email aos mesmos. Lembrou que nessa Reunião Descentralizada foi fundado o Fórum Nacional de Usuários do SUAS com atribuições previstas já para as Conferências de Assistência Social de 2015. Em seguida foi informado que o Orçamento Municipal 2015 foi aprovado na reunião do último dia 09 na Câmara Municipal. O Sr. João questionou que no ano passado o índice que foi aplicado na atualização, foi um índice bastante diversificado, um quase para cada entidade. Esse ano será uma atualização linear ou segue os mesmos padrões do ano passado. Márcio esclareceu foi aplicado um índice de 5,37 para quase todos os serviços, com exceção do SCFV para crianças que teve um reajuste maior, para equiparação do piso desse serviço aos outros ciclos etários. Como próximo informe Márcio fez a divulgação do Convite do 2º Viva a Vida, que acontecerá no dia 13 de dezembro. Em seguida Márcio apresentou os cartões de natal recebidos pelo Conselho. Finalizando o Conselheiro José Fernando apresentou o ofício de seu desligamento do Conselho e manifestou seus agradecimentos. Nada mais havendo a tratar a ata foi lavrada pela Secretária Executiva do CMAS.